

Conteúdo programático:

MÓDULO 1 – Maximizando a efetividade da execução trabalhista

1. Procedimentos processuais.
 - 1.1. Citação do devedor com base no art. 523 do CPC.
 - 1.2. Requisitos e limitações da aceitação do seguro garantia em substituição ao depósito recursal e depósito em dinheiro.
 - 1.3. Protesto extrajudicial da sentença.
 - 1.4. Execução contra espólio.
 - 1.5. Execução da parte incontroversa do crédito na pendência de Agravo de Petição. Processamento do AP em autos apartados.
 - 1.6. Procedimento de reunião de execuções na vara do trabalho.
 - 1.7. Medidas cautelares na execução. Indisponibilidade geral de bens.
2. Penhora.
 - 2.1. Penhora por termo nos autos.
 - 2.2. Penhora de bem hipotecado e concurso de credores.
 - 2.3. Penhora da totalidade do bem do executado em regime de condomínio (coproprietário).
 - 2.4. Remoção imediata de bens móveis penhorados e ordem de nomeação do depositário dos bens.
 - 2.5. Bem de família: aspectos polêmicos.
3. Extensão subjetiva da execução.
 - 3.1. Ampliação do rol de responsáveis patrimoniais para garantia do crédito trabalhista.
 - 3.2. IDPJ e medidas cautelares.
 - 3.3. Devedor em recuperação judicial: crédito concursal e extraconcursal; direcionamento da execução em face dos codevedores e sócios.
 - 3.4. Devedor com falência decretada: prosseguimento contra codevedores e sócios.

MÓDULO 2 – Desconstruindo a blindagem patrimonial.

- 2.1. Noções conceituais.
- 2.2. Antídotos jurídico-normativos e jurisprudenciais.
 - 2.2.1. Simulação.
 - 2.2.2. Fraude contra credores.
 - 2.2.3. Fraude à execução.
 - 2.2.4. Desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- 2.3. Tipologias mais comuns de blindagem patrimonial.
 - 2.3.1. Interposição de pessoas.

2.3.2. Negócios jurídicos fraudulentos.

2.3.3. Estruturas societárias fraudulentas.

MÓDULO 3 – Exposição de algumas ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial de maior efetividade.

3.1. Apresentação de algumas ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial de maior efetividade no cotidiano de uma Vara do Trabalho: CNIB; INFOJUD-DOI; INFOSEG; CCS; CENSEC e SISCOAF.

3.2. Apresentação de fontes de pesquisa patrimonial específicas: requisição judicial dos módulos fiscais avançados da Receita Federal do Brasil (parte do dossiê integrado) e dados fiscais da Receita Estadual.

3.3. Compreendendo o uso lógico e progressivo das ferramentas eletrônicas: partindo das ferramentas convencionais em direção aos convênios de maior robustez e complexidade.

3.4. Desenvolvimento da habilidade de extração de informações relevantes dos relatórios fornecidos pelas ferramentas de pesquisa patrimonial, com respectivo cruzamento de dados.

3.5. Estudo de casos práticos a partir dos relatórios extraídos das ferramentas de busca patrimonial.